

Mulheres, indígenas e líderes na cena política latino-americana. Trajetórias, práticas e papéis Anne-Gael Bilhaut (Institut Français d'Etudes Andines, Equador) e Silvia Macedo (Universidade da Guiana francesa, França)

Palavras-chave: mulheres, indígenas, liderança política, América latina

Frequentemente circunscritas à posição de responsáveis pelas questões relativas “às mulheres” ou pela “educação” nas organizações indígenas, as mulheres continuam ocupando, majoritariamente, o posto de vice-presidente nessas organizações. Estudos sobre a liderança nas comunidades indígenas mostram que os homens continuam sendo majoritários na direção das organizações políticas e evidenciam que, se essas organizações proclamam a paridade de gênero, elas continuam a apresentar dificuldades em concretizá-la. Duas razões parecem explicar essa observação: as redes de conexões mais amplas dos homens, que resultam de um melhor acesso à educação; e as funções que são tradicionalmente atribuídas às mulheres, identificadas como agentes reprodutoras da vida – cuidados com os membros da família, com a manutenção dos espaços habitados, agricultoras e horticultoras (Von Rueden, 2018), atribuições que gerariam uma menor disponibilidade das mulheres para a vida política.

No entanto um rápido sobrevoo das imagens de contestação social ao longo dos dois últimos anos na América latina permite constatar um lugar de destaque das mulheres indígenas na atual cena política. Sejam elas líderes políticas, congressistas eleitas, candidatas à presidência, líderes comunitárias ou manifestantes ativas, e ultrapassando muitos obstáculos - familiares, comunitários e organizacionais, as mulheres tomaram à frente da cena política, e parecem possuir maior influência nesses espaços, fora do círculo comunitário ou local.

Visíveis no campo político e nos meios de comunicação, elas o são menos nas produções acadêmicas. Testemunham o número ainda tímido de publicações sobre o tema (Von Rueden, 2018), e a data de criação das primeiras organizações e movimentos reconhecidos de mulheres indígenas. Pesquisadores que vêm procurando evitar visões colonialistas e patriarcais, e que se apoiam nas metodologias provindas das pesquisas feministas e nas epistemologias ‘do sul’ (De Sousa Santos, 2011), vêm trabalhado sobre o tema, contribuindo assim para que as vozes das mulheres se tornem mais audíveis. A atenção dada à participação das mulheres, e das mulheres indígenas nas organizações e movimentos sociais pelos estudos dos movimentos sociais transnacionais (Pequeño, 2009), contribui nesse mesmo sentido. No entanto, ainda são tímidos os estudos sobre mulheres indígenas no poder, mulheres cujas vozes influenciam as tomadas de decisão em nível nacional.

O aumento do número de organizações de mulheres indígenas no Brasil e na América latina confortam essa constatação do aumento da presença de mulheres na política, uma presença que avança no mundo político indígena e não indígena. No Brasil, por exemplo, as duas primeiras organizações de mulheres indígenas, criadas na região do Alto Rio Negro, datam dos anos 80 (Verdum, 2008). No Equador inúmeras associações de mulheres indígenas foram fundadas ao redor das organizações indígenas (associação de mulheres sapara, huaorani, associação das mulheres indígenas da província de Pastaza, etc.). A Coordenação das organizações indígenas da Bacia amazônica (COICA) organizou, por duas vezes, o Congresso de Mulheres Indígenas da bacia amazônica e mulheres amazonenses, como Gloria Ushigua, sapara do Equador, participam há vários anos da rede internacional Women’s Earth & climate Action Network.

Se a divisão sexual do trabalho marca ainda certas relações de gênero entre as populações indígenas, e que é comum encontrarmos a norma que “é que os homens se engajem diretamente com o mundo exterior dos ‘brancos’, dentro da lógica do que se costuma chamar da divisão sexual do trabalho”(McCallum, 2013), na prática as coisas vêm mudando. É o que parece nos dizer as entrevistas realizadas com duas líderes indígenas, Nelly Duarte e Sandra Benites (ambas estudantes do curso de Mestrado do Museu Nacional, UFRJ). Essas duas mulheres, líderes em suas comunidades, nos contam sobre a evolução da liderança feminina, sulinhando a persistência, ainda bastante presente, da atribuição do papel de liderança aos homens. Ambas filhas mais velhas de suas fratrias respectivas, Nelly e Sandra relatam seus longos e tortuosos percursos para se tornarem líderes, e a contribuição fundamental de seus pais e familiares masculinos nesse processo. Outros fatores contribuíram para a construção de suas lideranças como a educação escolar realizada fora da aldeia - em língua portuguesa e não materna, assim como uma vida de muito trabalho, casamento e filhos (para uma delas), marcada por questões e dúvidas identitárias.

Essas mulheres, como muitas outras, exercem e acumulam múltiplos papéis para fazerem avançar a representação feminina e o direito das mulheres: elas são ao mesmo tempo membros de suas comunidades, mãe, esposa, estudante de mestrado, enfermeira, professora, mediadora e representante política. É importante salientar, como o fazem as duas entrevistadas, que essas mulheres tiveram o apoio de seus familiares. E que se os homens foram importantes para que elas assumissem a liderança política, o papel delas enquanto mulheres produtoras de vida também foi fundamental.

Se, como acabamos de afirmar, as mulheres despontam no mundo político, e que podemos constatar uma série de mudanças do lugar e dos papéis dessas mulheres em suas comunidades e nos espaços públicos – por meio de suas lideranças, do controle da natalidade, da educação, da mobilidade, da escolha de vida e de relações maritais e amorosas –, as questões de discriminação e de violência feitas às mulheres indígenas perduram e necessitam reflexão. Para muitas mulheres se coloca a difícil escolha entre a denúncia de parceiros/filhos/camaradas violentos, e a fidelidade à comunidade de pertença pela qual elas lutam politicamente. Essa escolha complexifica o papel e ação política das mulheres líderes.

O tema deste grupo de trabalho será as mulheres políticas indígenas, seus percursos, suas posições, seus discursos e suas práticas. Procuraremos nos questionar sobre o lugar e o papel das mulheres indígenas na cena política atual. Existiria um jeito próprio às mulheres de fazer política? Quais suas particularidades? Por que elas tomaram a frente da cena política atual? Qual tipo de relação elas estabelecem com o movimento político indígena, ainda bastante masculino? Por quais razões as mulheres líderes são menos conhecidas na história?

Para tentar responder a essas e outras questões, convidamos à todos a nos enviar vossas contribuições, baseadas em pesquisa empírica e provenientes das disciplinas das Ciências humanas e sociais: antropologia, etnologia, sociologia, ciências políticas, história, mas também direito e estudos literários.

Mujeres, indígenas y líderes en la escena política. Trayectorias, prácticas y roles en América Latina
Anne-Gaël Bilhaut (Instituto Francés de Estudios Andinos, Ecuador) y Silvia Macedo (Université de Guyane, Francia)

Palabras clave: mujeres, indígenas, liderazgo político, América Latina

Las mujeres siguen ocupando en las organizaciones los puestos de dirigentes de "la mujer", o de educación, y suelen ser las vicepresidentas de las organizaciones que abogan por la paridad de género sin lograrla. Estudios sobre el liderazgo en las comunidades indígenas muestran que si los hombres suelen seguir siendo los que dirigen las organizaciones políticas, ello se debe a sus redes y conexiones más amplias, lo que puede explicarse en particular por un mejor acceso a la educación, pero también por las funciones que tradicionalmente se asignan a las mujeres como agentes reproductores de la vida: el cuidado de los miembros de la familia, el mantenimiento del hogar, los horticultores o los agricultores (Von Rueden 2018), obstáculos a su disponibilidad. Sin embargo, una rápida mirada a las imágenes de las protestas sociales en América Latina en los últimos dos años revela el creciente lugar que ocupan las mujeres indígenas de América Latina en las arenas políticas actuales. Ya sean políticas, elegidas al congreso, candidatas presidenciales, líderes comunitarias o manifestantes activas, las mujeres han entrado en la escena política, a pesar de los obstáculos familiares, comunitarios y organizativos. A veces su influencia es mayor fuera de su comunidad o de los círculos locales.

Si bien, ellas tienen una mayor visibilidad en su entorno, así como en los medios de comunicación, se debe mencionar que, como sujetos en la investigación científica y como activistas son menos visibles. Como prueba de ello, el número todavía tímido de publicaciones sobre el tema (Von Rueden, 2018), así como la fecha de creación de las primeras organizaciones y movimientos reconocidos de mujeres indígenas. Los investigadores que incluyen métodos de investigación feministas y que parten de las epistemologías del Sur (De Sousa Santos 2011), se empoderaron en parte del tema, a fin de no limitar sus investigaciones a las visiones colonialistas y patriarcales; por ello, las voces de las mujeres han comenzado a ser escuchadas por los investigadores; asimismo, el creciente número de estudios sobre los movimientos sociales transnacionales está prestando especial atención a la participación de las mujeres y de las mujeres indígenas en las organizaciones y los movimientos sociales (Pequeño, ed. 2009). Sin embargo, faltan estudios sobre las mujeres indígenas en las instancias políticas, cuyas voces cuentan en la toma de decisiones a nivel nacional.

El fuerte aumento del número de organizaciones de mujeres indígenas en el Brasil y en otras partes de América Latina también apunta a esta evolución, que está ganando terreno en la política tanto indígena como no indígena. En el Brasil, por ejemplo, las dos primeras organizaciones de mujeres indígenas, creadas en la región del Alto Río-Negro, aparecieron en los años 1980 (Verdum, 2008). Se han creado numerosas asociaciones de mujeres al margen de las organizaciones indígenas en el Ecuador (Asociación de Mujeres Sápara, de mujeres Huaorani, Asociación de Mujeres Indígenas de la Provincia de Pastaza, etc.). Por su parte, la Coordinadora de las organizaciones indígenas en la cuenca amazónica (COICA) ya ha organizado en dos ocasiones el Congreso de Mujeres Indígenas de la Cuenca Amazónica. Mujeres amazónicas como Gloria Ushigua, sapara del Ecuador, han estado participando durante varios años en la Red Internacional mujeres para el clima Women's Earth & Climate Action Network.

Si bien la división sexual del trabajo sigue marcando algunas relaciones de género en las poblaciones indígenas latinoamericanas, y a menudo son los hombres los que se relacionan con el mundo exterior, los hombres 'blancos' y las mujeres las que se quedan atrás (McCallum, 2001), en la práctica las cosas

están cambiando. Tal como se evidencia en las entrevistas realizadas a dos líderes indígenas, Nelly Duarte y Sandra Benites (ambas estudiantes de la Maestría en Antropología en el Museo Nacional de Río de Janeiro, Brasil), esto está cambiando en la práctica. Estas dos mujeres, líderes en sus comunidades, representan la evolución del liderazgo de las mujeres, y también destacan la continuidad de la atribución de este rol, a menudo otorgado a los hombres, y el largo y difícil camino que tuvieron que recorrer para lograrlo. Ambas son las mayores de sus respectivas familias?, y las relaciones especiales con sus padres y los hombres de sus familias han contribuido a que asuman liderazgo. Otros factores han contribuido a este proceso, se relacionan con su formación extraescolar, en portugués y no en su lengua materna, y una vida de trabajo, matrimonio y así, marcada por las preguntas y dudas identitarias.

Estas mujeres, como muchas otras, desempeñarán múltiples papeles para hacer avanzar la representación y los derechos de la mujer: son miembros de la comunidad, madres, esposas, pero también estudiantes de maestría, enfermeras, maestras, mediadores y representantes políticos, entre otros. Es importante destacar que estas mujeres, que tienen fuertes personalidades, han recibido el apoyo de sus familias. Si bien los hombres han sido importantes para que estas mujeres asuman el liderazgo, el rol de la mujer, como reproductora de la vida, también ha sido fundamental en su desarrollo personal.

Si, como acabamos de argumentar, las mujeres están haciendo incursiones en el mundo de la política, y si es posible dar fe de una serie de cambios en su lugar y su rol en sus comunidades y en los espacios públicos -mediante el liderazgo, el control de la natalidad, la educación, la movilidad, las opciones de vida y sus relaciones matrimoniales y amorosas?-, las cuestiones de la discriminación y la violencia de género, fuera y dentro del mismo hogar siguen siendo complejas. Para muchas de las mujeres, el dilema, entre denunciar a sus parejas, hijos o amigos violentos, y permanecer fieles a la comunidad a la que pertenecen y por la que luchan, por otra parte, complica su rol y su acción política.

Por lo tanto, en este grupo de trabajo nos centraremos en las mujeres políticas indígenas latinoamericanas, sus trayectorias, posiciones, discursos y prácticas. Específicamente, examinaremos el lugar y el rol de las mujeres indígenas en la escena política actual. ¿Existe una política "femenina"? ¿Qué es lo que hacen de manera diferente? ¿Por qué se han convertido en el centro de atención? ¿Qué relación se puede observar con el movimiento indígena, aún muy masculino? ¿Por qué las mujeres líderes son menos conocidas en la historia?

Para responder a estas preguntas, agradecemos las contribuciones basadas en la evidencia empírica de las disciplinas de las ciencias sociales y humanas - antropología, etnología, sociología, ciencias políticas, historia, pero también desde el derecho y la literatura.

Français

Femmes, amérindiennes et leaders sur la scène politique. Parcours, pratiques et rôles en Amérique Latine.

Anne-Gaël Bilhaut (Institut Français d'Etudes Andines, Equateur) et Silvia Macedo (Université de Guyane, France)

Mots-clés : femmes, amérindiennes, leaders politiques, Amérique latine

Encore reléguées dans les organisations aux postes de dirigeantes des « questions des femmes », ou dirigeantes de l'éducation, les femmes sont souvent les vice-présidentes des organisations qui prônent la parité tout en ayant du mal à la concrétiser. Des études sur le leadership dans les communautés indigènes montrent que si les hommes restent souvent ceux qui tiennent les rênes des organisations politiques, c'est dû à leurs réseaux et connexions plus larges, qui s'expliquent notamment par un meilleur accès à l'éducation, mais aussi aux rôles traditionnellement alloués aux femmes, comme reproductrices de la vie : soins aux membres de la famille, maintien du foyer, hortultrices ou cultivatrices (Von Rueden 2018), autant de freins à leur disponibilité. Pourtant, un rapide survol des images de contestations sociales des deux dernières années en Amérique latine permet de constater la place croissante des femmes amérindiennes sur les scènes politiques actuelles. Qu'elles soient femmes politiques, élues au Congrès, candidates aux élections présidentielles, leaders communautaires ou manifestantes actives, les femmes sont entrées sur le devant de la scène politique, en dépit des obstacles familiaux, communautaires et organisationnels. Elles ont d'ailleurs parfois une plus grande influence en dehors de leur cercle communautaire ou local.

Visibles sur le terrain et dans les médias, elles le sont moins dans les recherches des anthropologues. Pour preuve, le nombre encore timide de publications sur le sujet (Von Rueden 2018), ainsi que la date de création des premières organisations et mouvements reconnus des femmes amérindiennes. Les chercheurs qui incluent des méthodes de recherche féministes et partent des épistémologies « du sud » (De Sousa Santos 2011) se sont en partie emparés du sujet, pour ne pas limiter leurs recherches par les visions colonialistes et patriarcales ; ce faisant, et par conséquent, les voix des femmes ont commencé à être entendues par les chercheurs ; de même, les études, toujours plus nombreuses sur les mouvements sociaux transnationaux, portent une attention particulière sur la participation des femmes et des femmes indigènes dans les organisations et les mouvements sociaux (Pequeño, ed. 2009). Toutefois, les études sur les femmes indigènes de pouvoir, dont les voix comptent dans les prises de décision au niveau national, manquent.

La forte augmentation du nombre d'organisations de femmes amérindiennes au Brésil et ailleurs en Amérique latine donne aussi à voir cette évolution, qui fait son chemin dans le monde politique amérindien et non-amérindien. Au Brésil, par exemple, les deux premières organisations de femmes amérindiennes (indigènes), créées dans la région de l'Alto Rio-Negro, datent des années 80 (Verdum, 2008). De nombreuses associations de femmes ont été créées en marge des organisations indigènes en Equateur (association des femmes sapara, huaorani, Association des femmes indigènes de la province de Pastaza, etc.). De son côté, la Coordinadora de las organizaciones indígenas en la cuenca amazónica (COICA) a déjà organisé à deux reprises le Congreso de Mujeres Indígenas de la Cuenca Amazónica. Des femmes amazoniennes comme Gloria Ushigua, sapara d'Equateur, participent depuis plusieurs années au réseau international Women's Earth & Climate Action Network.

Si la division sexuelle du travail marque encore certaines relations de genre dans les populations amérindiennes, et que souvent ce sont les hommes qui s'engagent dans le monde extérieur, des 'blancs', et les femmes restent en retrait (McCallum, 2001), dans la pratique, les choses changent. C'est ce que laissent entrevoir les entretiens menés auprès de deux leaders amérindiennes, Nelly Duarte et Sandra Benites (toutes deux étudiantes du master d'anthropologie au Musée national de Rio de Janeiro, Brésil). Ces deux femmes, leaders dans leurs communautés, représentent l'évolution du leadership féminin, tout en soulignant la continuité de l'attribution de ce rôle donné souvent aux hommes, et le long et difficile cheminement qu'elles ont dû traverser pour y arriver. Toutes deux sont les aînées de leur fratrie respective, et les relations particulières avec leur père et les hommes de leur famille ont contribué à prendre un rôle de leader. D'autres facteurs ont contribué à ce processus comme leur scolarité extra-villageoise, en langue portugaise et non maternelle, ainsi qu'une vie de travail, de mariage et d'enfantement marquée par des questions et des doutes identitaires.

Ces femmes, comme beaucoup d'autres, vont exercer de multiples rôles pour faire avancer la représentation et les droits des femmes. Elles sont à la fois membres de leur communauté, mère, épouse, mais également étudiantes de master, infirmière, enseignante, médiatrice et représentantes politiques. Il faut souligner que ces femmes, aux personnalités fortes, ont reçu l'appui de leurs familles. Si les hommes ont été importants pour que ces femmes prennent le leadership, le rôle des femmes, comme reproductrices de la vie, a été également fondamental dans leur cheminement personnel.

Si, comme nous venons de l'avancer, les femmes percent dans le monde politique, et qu'il est possible d'attester d'une série de changements sur leur place et rôle dans leurs communautés, et dans les espaces publics – à travers le leadership, le contrôle de natalité, l'éducation, la mobilité, le choix de vie et de leurs relations maritales et amoureuses – les questions de discrimination et de violence faite aux femmes amérindiennes restent complexes et méritent réflexion. Pour beaucoup de ces femmes un difficile choix entre la dénonciation de leurs partenaires/fils/camarades violents et leur fidélité à la communauté à laquelle elles appartiennent, et pour laquelle elles se battent, se pose, complexifiant leur rôle et action politique.

Dans ce groupe de travail, nous nous intéresserons donc aux femmes politiques amérindiennes, à leurs parcours, à leurs positions, à leurs discours et à leurs pratiques. Plus particulièrement, nous nous interrogerons sur la place et le rôle des femmes amérindiennes dans l'actuelle scène politique actuelle. Existe-t-il une politique au féminin ? Que font-elles différemment ? Pourquoi ont-elles pris le devant de la scène ? Quel rapport au mouvement amérindien encore très masculin est-ce que cela montre ? Pourquoi les femmes leaders seraient-elles moins connues dans l'histoire ?

Pour répondre à ces questions, nous attendons des contributions basées sur des données empiriques et provenant des disciplines des sciences humaines et sociales – l'anthropologie, l'ethnologie, la sociologie, les sciences politiques, l'histoire mais également le droit et les études littéraires.

Referencias citadas | Bibliographie citée

Duarte, N. et Benites, S. (2015). “Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas”. Entretien donné à Francetto, B. et Bonilla, O. In: *Revista DR*, (2).

<http://revistadr.com.br/posts/os-antropologos-contam-tudo-errado-nos-somos-as-autoras-das-nossas-falas/>

McCallum, C. (2013). `Notas sobre as categorias “gênero” e “sexualidade os povos indígenas”. In: *Cadernos Pagu* (41), julho-dezembro 2013: 53-61

Pequeño, A. (comp.). (2009). Participación y políticas de mujeres indígenas en América Latina. Quito: FLACSO sede Ecuador. <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/41461.pdf>

De Sousa Santos, B. (2011). Epistemologías del sur. *Utopía y praxis latinoamericana*, vol. 16, no 54, p. 17-39.

Verdum, R. (2008). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: INESC, OXFAM.

Von Rueden, C., Alami, S., Kaplan, H., & Gurven, M. (2018). Sex differences in political leadership in an egalitarian society. *Evolution and human behavior: official journal of the Human Behavior and Evolution Society*, 39(4), 402–411. <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2018.03.005>